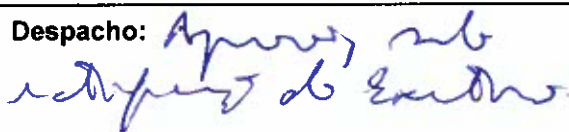


10. PROPOSTA DE PROCEDIMENTO RELATIVA AO CONCURSO PÚBLICO Nº. CPE4.17.DACPGP – REQUALIFICAÇÃO DO EIXO DESPORTIVO DA RODOVIA:

Submete para ratificação do Executivo a decisão do Sr. Presidente da Câmara de 16 de março do corrente ano, segundo a qual aprova a proposta de procedimento relativa ao concurso público Nº. CPE4.17.DACPGP – Empreitada - Requalificação do Eixo Desportivo da Rodovia

DELIBERAÇÃO:**Remeta-se ao Sr. Presidente.**

O Chefe da DACPGP,


(Domingos Lopes)16/03/17**Despacho:**

O Presidente,


(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)17/3/16**PROPOSTA DE PROCEDIMENTO:
CONCURSO PÚBLICO N.º CPE4.17.DACPGP****ASSUNTO: ESCOLHA E INÍCIO DE PROCEDIMENTO – CONCURSO PÚBLICO**

Entidade adjudicante: alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP.

Concurso de Empreitada de Obra Pública adiante descrita, em conformidade com a alínea b) do artigo 19.º; n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, e artigos 130.º a 148.º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Empreitada: REQUALIFICAÇÃO DO EIXO DESPORTIVO DA RODOVIA.

Vocabulário CPV: 45453100-8 Obras de recuperação	PRAZO DE EXECUÇÃO: 365 DIAS	PREÇO BASE: €2.925.653,48
---	--	--

Tornando-se necessário realizar a empreitada supramencionada, cujo projeto de execução apresentado corresponde aos objetivos e expectativa da Câmara para esta obra, justificada nas informações incluídas no processo do presente procedimento, cujo preço contratual estimado é de **€2.925.653,48 (dois milhões novecentos e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta e três euros e quarenta e oito cêntimos)**, sem imposto sobre o valor acrescentado (IVA), submete-se à consideração superior a presente proposta que visa obter autorização para a referida contratação.

Página 1 de 4

Face ao valor e considerando que a referida contratação está abrangida pelas normas acima assinaladas, constantes do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, retificado pela retificação 18-A de 2008 de 23 de Março, alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009 de 11 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015 de 02 de outubro, solicita-se, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º, e alínea b) do artigo 19.º, ambos do CCP, autorização para se adotar o "**Concurso público**", propondo-se ainda o seguinte:

1 – PEÇAS DO PROCEDIMENTO

A aprovação, nos termos da alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 40.º do CCP, das peças do procedimento, que se indicam:

- Programa do procedimento e respetivos anexos, no qual se integra o regulamento de análise e avaliação das propostas;
- Caderno de encargos:
 - i. Cláusulas jurídicas;
 - ii. Projeto de execução.

2 – JÚRI DO PROCEDIMENTO

O Júri do procedimento terá a composição a seguir indicada:

Membros efetivos:

- Alzira Torres (Presidente do júri)
- Manuel Dantas (Substitui o Presidente nas suas ausências e/ou impedimentos)
- Nuno Azevedo
- Paula Pereira
- Valéria Borges

Membros suplentes:

- Gaspar Silva
- Francisco Marques

3 – ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA

A adjudicação obedecerá ao **critério da proposta economicamente mais vantajosa**, por ponderação dos fatores e subfatores seguintes:

Fatores		Subfatores		Ponderação	
Preço				60%	
Valia técnica da proposta	Metodologia	50%	30%	100%	
	Programa de trabalhos	50%			
Prazo de execução				10%	

3.1 - Os trabalhos de análise e a avaliação das propostas obedecerão ao previsto no *Regulamento de Análise das Propostas* anexo à presente;

3.2 - Considerar-se-á, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º e n.º 2 do artigo 132.º, como **preço anormalmente baixo**, aquele que seja **40%** ou mais inferior ao preço base deste procedimento.

I - Parâmetros base e aspetos vinculativos

1.- O preço base da empreitada é o de **€ 2.925.653,48 (dois milhões, novecentos e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta e três euros e quarenta e oito cêntimos)**, significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.

2.- Constituem parâmetros base:

- a) - O prazo **máximo** para a execução das prestações que constituem o objeto do contrato e que pode ser oferecido pelos concorrentes é o de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**;
- b) - O prazo **mínimo** para a execução das prestações que constituem o objeto do contrato e que pode ser oferecido pelos concorrentes é o de **270 (duzentos e setenta) dias**.

3.- Todos os trabalhos referentes aos balneários a construir e os trabalhos a executar entre a Rua da Fábrica (inclusive) e a Av. Frei Bartolomeu dos Mártires, terão de estar concluídos até metade do prazo de execução proposto, devendo o concorrente refletir esta condição, de forma inequívoca no plano de trabalhos.

4.- A violação dos parâmetros base indicados nos números 1 e 2 do presente artigo ou a condição prevista no n.º 3 implica a consequência prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*.

**2 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

Propõe-se a delegação no júri das competências constantes do *regulamento de funcionamento do júri* em anexo.

Mais se propõe a delegação no júri, ou nos serviços do Departamento de Planeamento e Controlo de Gestão / Divisão de Aprovisionamento, contratação Pública e Gestão de Património (DPCG/DACPGP), nos termos do artigo 109.º do CCP, das competências adiante descritas, desde que não impliquem aumento da despesa nem estejam em causa aspetos essenciais das peças do procedimento, nomeadamente o seguinte:

- Proceder às formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica e notificações;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, art.º 66.º do CCP.
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto no n.º 2 do artigo 50.º do CCP.
- Proceder a retificações das peças do procedimento;
- Proceder às decisões de prorrogação nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 64.º do CCP, previstas no n.º 4 do mesmo artigo, cumprindo as formalidades aí descritas;
- Proceder às formalidades subseqüentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos.

3 – DECISÃO DE CONTRATAR

O órgão competente para tomar a decisão de contratar é a Câmara Municipal, no uso de competência própria, estabelecida na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

4 – CABIMENTO ORÇAMENTAL

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do cabimento prévio n.º 12414 de 07/03/2017.

15 de março de 2017

DPCG/DACPGP,

(Téc. Valéria Borges)

Em anexo:

- Programa do concurso; Caderno de encargos; Regulamento.